16:43 15%

Opinião do GLOBO

Brasil precisa se preparar para avanço da IA

No país, 41% dos empregos estarão — para o bem ou para o mal — expostos à nova tecnologia, diz FMI

A preocupação com o avanço da inteligência artificial (IA) sobre o mercado de trabalho ganhou contornos mais precisos com um novo estudo sobre o tema publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). No mundo rico, diz o relatório, cerca de 60% dos empregos estarão expostos às novas tecnologias capazes de treinar máquinas para perceber, aprender e agir imitando habilidades cognitivas humanas. Nos mercados emergentes, serão 40%. Nos países de renda baixa, como a Índia, 26%. No Brasil, a parcela é estimada em 41%.

Vale lembrar que estar exposto nem sempre significa risco de perda ou extinção do trabalho. Pode ocorrer o contrário: a IA funcionar como trampolim salarial ao ampliar a produtividade nas atividades repetitivas. Não estar exposto, como acontece com os trabalhadores de baixa qualificação, é quase sempre mau negócio, por impedir os ganhos que a IA poderá proporcionar. A diferença da IA para outras ondas de automação do passado é que seus efeitos recairão principalmente sobre quem tem diploma universitário.

O FMI divide as atividades entre exposição alta e baixa à IA e entre potencial alto e baixo de complementaridade com ela. Juízes e advogados sofrem alta exposição e, ao mesmo tempo, apresentam alta complementaridade. Computadores já têm poder de análise de textos jurídicos e decisões judiciais maior que o humano, mas nenhum país planeja deixar que tomem decisões em tribunais. Portanto é possível prever que profissionais capazes de usar ferramentas mais sofisticadas manterão seus empregos. Cirurgiões e pilotos de avião também estão nessa categoria.

Quem se dedica ao telemarketing, ou mesmo a carreiras de formação superior como economista, com alta exposição e baixa complementaridade, não deverá ter a mesma sorte. No Brasil, essas ocupações representam 20% dos empregos. Empregados domésticos, com baixa exposição e baixa complementaridade, certamente terão trabalho, mas a disparidade de renda deverá aumentar na comparação com as ocupações que aproveitarem as oportunidades da IA. Pelas consequências sociais, econômicas e políticas, os resultados desse jogo de perde e ganha precisarão ser acompanhados de perto por todos os governos. O saldo final dependerá da habilidade de cada país de se preparar para o impacto da IA.

De modo geral, quem tem curso superior, em especial os mais jovens, estará mais preparado para trocar empregos com chance de desaparecer por outros com nível maior de proteção. Tanto no Reino Unido como no Brasil, aqueles com formação universitária se mostram mais capazes de fazer a transição. A mobilidade de quem tem apenas curso secundário é bem menor, sinal de que o governo precisa mesmo se preocupar com a evasão no ensino médio e a queda no interesse pelo Enem.

Também crucial é expandir o ensino de habilidades digitais, melhorar a infraestrutura de comunicação, realizar reformas que facilitem a realocação da mão de obra, abrir a economia para o exterior e atrair investimento externo no setor de tecnologia. No índice usado pelo FMI para medir o preparo de cada país, que envolve itens como capital humano e regulação, o Brasil aparece no pelotão do meio, à frente de Argentina, Índia e Colômbia, mas atrás de Turquia e Tailândia. Em resumo, para colher os benefícios da IA e cuidar de quem ficar para trás, no Brasil ainda há muito por fazer.

Ação de estados e Justiça é essencial para conter avanço do garimpo ilegal

É preciso rever lei aprovada em Mato Grosso autorizando exploração mineral em áreas preservadas

Uma das questões mais desafiadoras ligadas ao avanço do garimpo na Amazônia é que ele ocorre não apenas na informalidade. Governos estaduais podem permitir desmatamento para mineração. A Assembleia Legislativa de Mato Grosso acaba de fazer isso, ao aprovar a derrubada de floresta para extração mineral em áreas de reserva legal, definidas pelo Código Florestal. Há a exigência de compensação no próprio bioma e a proibição do uso de mercúrio. Apesar desses cuidados, o texto da lei, negociado pelo governo com o Ministério Público, não convenceu os ambientalistas.

Eles argumentam que a lei mantém inconstitucionalidades de uma outra, suspensa por liminar há um ano. Mesmo que haja aval do MP à nova lei, a consultora jurídica do Observatório Socioambiental de MT, Edilene Fernandes do Amaral, levará a questão ao Judiciário. Ela alega que a lei aprovada "ataca o princípio do não retrocesso ambiental" e concede permissões que não constam do Código Florestal. "Um estado não pode ser mais permissivo que a União", afirma. "Há risco de contaminação com metais pesados (mercúrio) e será estimulado o desmatamento para produção rural. Mineração pode ser até extração de cascalho. Em seguida, poderiam fazer plantações de soja. Mato Grosso não tem condições de fiscalizar as compensações ambientais."

A lei de Mato Grosso foi aprovada no momento em que o governo Lula decidiu manter presença constante do Estado no território ianomâmi, em Roraima, para evitar a retomada do garimpo ilegal. Com a omissão do governo anterior, a reserva indígena foi invadida por cerca de 30 mil garimpeiros, provocando mortes por contaminação e subnutrição. Apesar da retomada de operações policiais na reserva indígena, o Ibama constatou a volta dos garimpeiros no final do ano passado, daí a decisão de manter postos permanentes da Polícia Federal e do Exército. A dimensão dos garimpos ilegais e a quantidade de equipamentos mobilizados para procurar ouro revelam a dimensão que a mineração ilegal ocupa na economia da região.

O episódio deixa evidente que não basta o governo federal estabelecer políticas preservacionistas. No campo da repressão, é necessário que haja adequação de legislações estaduais e vigilância dos organismos de controle e fiscalização. No campo econômico, é preciso criar oportunidades de emprego compatíveis com a preservação ambiental. O papel das assembleias locais é zelar por ambas as linhas de ação. Por isso precisa barrar as concessões para mineração em áreas sensíveis da Amazônia. Quando isso não ocorre, cabe ao Ministério Público e ao Judiciário reagir. O lamentável é que a batalha jurídica nem sempre acaba a tempo de deter a destruição ambiental.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
carta@oglobo.com.br

FERNANDO GABEIRA

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
editora.artigos@oglobo.com.br

Força da grana move Brasília

No fim do século passado, um famoso artigo de Francis Fukuyama previu o fim da História. Errou o alvo, ainda bem, porque, sem as peripécias da História, nossa vida seria tomada pelo tédio e pela melancolia. Apesar disso, há momentos arrastados na História do Brasil, como essa briga do Congresso por verbas do Orçamento, algo tão chato como uma reunião de condomínio.

No entanto, se vencermos as barreiras do tédio, veremos que estamos diante de algo essencial para nossa vida cotidiana e mesmo para o futuro da democracia. Trava-se uma luta pela grana que todos pagam em impostos. Teoricamente, esse dinheiro deveria ser usado de uma forma racional para a prestação de todos os serviços que o Estado nos deve.

Isso é tão importante que, nas revoltas de 2013, segundo muitos observadores, houve protesto porque o Estado não devolvia em serviços eficazes o grande volume de impostos pagos a ele.

O avanço do Congresso sobre o dinheiro a ser gasto tem sido intenso nos últimos anos. Alguns ainda se lembram do orçamento secreto do período Bolsonaro. Era ilegal e acabou caindo por ordem do STF. Mas a força do Congresso é tão grande que ele continua impondo ao governo altos gastos em suas emendas parlamentares. Só no Orçamento deste ano, a coisa vai para mais de R$ 47 bilhões. Isso sem contar os quase R$ 5 bilhões que destinaram ao financiamento das eleições municipais.

Não vai dar certo. O dinheiro já é curto e, se não for usado com o máximo de racionalidade, com visão nacional, as frustrações podem aumentar. Salário mínimo um pouco melhor não basta. Há outros fatores — como escola pública de qualidade, saneamento, hospitais razoáveis — que influenciam a sensação de pobreza ou bem-estar.

Os políticos brasileiros estão passando dos limites, uma forma de perder a sabedoria

Os deputados dizem que não há problemas se destinarem grande parte da grana nacional para suas obras. Afinal, argumentam, ninguém conhece melhor o país do que eles. Acontece que conhecem tão bem, a ponto de saber qual obra dá mais votos que a outra, e de modo geral sempre optarão por bons resultados eleitorais.

Na época do orçamento secreto, houve coisas do arco-da-velha que, provavelmente, continuarão acontecendo. Escolas receberam equipamento de robótica e não tinham sequer conexão com a internet. O episódio mais pitoresco ocorreu em Igarapé Grande, no Maranhão, onde a Polícia Federal fez a Operação Quebra-Ossos. O município tem 12 mil habitantes, mas registrou gastos de raio X com 7.500 dedos quebrados. Inimaginável o que fizeram com as mãos para chegar a esses números. Há registro também, noutros pontos do país, de tratoraços, a compra de tratores por preços superfaturados.

Sinceramente, não escrevo com intenções moralistas. A esta altura da vida, fora da política, trabalho outras categorias, distante do protesto indignado. Prefiro fazer parte de uma discreta versão moderna de um coro grego, como na Antígona. Qualquer procura humana que ignore limites, sugere Sófocles, inevitavelmente terá a desgraça.

Surfando numa conjuntura de tolerância com os erros, os políticos brasileiros estão passando dos limites, uma forma de perder a sabedoria. Com todos os pequenos deslizes recebidos com silêncio pela sociedade, avançam cada vez mais rumo a uma dominação indiscriminada, voltada apenas para o próprio umbigo.

Todos sabemos das grandes necessidades do país. Sabemos também que, mesmo usando racionalmente os recursos, não conseguiremos satisfazê-las, o cobertor é curto.

O uso leviano do dinheiro arrecadado, gastos milionários com partidos políticos, isso é muito perigoso. Em 2013, tudo parecia bem, até que alguma coisa explodiu. Há tempo de corrigir o rumo, embora seja difícil imaginar como o gênio voltará para a lâmpada, como o Congresso se conformará em não ter tanto dinheiro para se perpetuar no poder. Infelizmente, é disso que se trata. Os donos da grana se reelegem, e as coisas nunca mudam por lá.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Alves, André Visser da, Fábio Bartolomeu, Luiza Bapteista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cordeiro Fonseca - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiten - leila.suwiten@oglobo.com.br
Saúde: Ariana Cirne Lopes - ariana.cirne@oglobo.com.br
Segunda-Caderno: Marcelo Rubim - rubim@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Catarina Giulari - cgiulari@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Rubim - rubim@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.G: Vera Cavalcanti - veracavalcanti@oglobo.com.br
Bairros: Walter Carmona Filho - walter.carmona@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades) 0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito ou débito automático em conta-corrente (preço de seguinte ao vigorar)
para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: R$ 7,00 (R$ 6,00)
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não aceita em contratos para cobranças de muito ou nenhuma da assinatura. Desconfiem de qualquer contato a respeito desses temas. Para ser O GLOBO sem sair, aponte de vendas, acesse para vendas@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350
Missas, enterros e Kinderes: (21) 2534-4333
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC
CARBON FREE